

Conselho

Engano Perigoso

O Congresso Nacional continua sintonizado no sentimento constituinte porque não conseguiu se libertar das posições de princípio para operar na prática política. Mesmo antes desta prova a que se submete na votação das medidas provisórias, a representação nacional não foi capaz de botar o pé no chão para completar a tarefa que dependem da legislação complementar para tornar a Constituição uma realidade.

O comportamento atarantado dos congressistas, diante das medidas provisórias que, com poderes constituintes, criaram antes, confirma a necessidade de um reexame do que sejam as suas novas responsabilidades. O momento nacional é grave, e dispensa a ênfase na natureza das dificuldades que a inflação criou para todos, sem excluir o Congresso. A ameaça de sobrevir a hiperinflação não diz respeito apenas ao Executivo.

As primeiras reações, incluindo a devolução da medida 33, deram a medida de um persistente mas extemporâneo sentimento de soberania que se presume acima da própria realidade econômica, política e social. A segunda fase não corrigiu a megalomania representativa. Na questão da política salarial ou no exame das preliminares para o programa de privatização das empresas que o Estado tem em seu poder, e que lhe excedem a capacidade de gestão, o Congresso decidiu como se fosse ainda um poder constituinte no primeiro dia da criação de um país inexistente. Essas empresas produzem despesas insuportáveis num programa de combate à inflação para possibilitar a retomada do desenvolvimento.

O entendimento das medidas provisórias, que puseram fim à longa era dos decretos-leis, pressupõe uma relação de confiança entre o

Congresso e o Executivo. Pelo menos é assim nos regimes que adotam essa prática agora chegada ao Brasil. Há uma diferença, no entanto, entre a contenção dos poderes legislativos de que dispunha o Executivo e a desconfiança com que passou a ser tratado pela representação política nacional.

O Brasil fez mais da metade do caminho para chegar ao regime parlamentar de governo. Faltou aos constituintes a coragem de dar esse passo. Para ser coerente, o parlamentarismo teria que adotar o distrito eleitoral para aumentar a escassa representatividade que resulta do voto proporcional. Mas alguns instrumentos da prática nos regimes de gabinete permaneceram, e estão sendo usados sem a convicção dos que apostam no parlamentarismo.

Todos esses pontos imprecisos vão dificultar as relações entre o Executivo e o Legislativo por mais algum tempo, até que os congressistas despertem para as responsabilidades que os esperam. No caso das medidas provisórias, podem estar fazendo pose para uma História do passado, supondo investir nas futuras eleições. Fatal engano, se a inflação não for domada rapidamente. Eles serão cobrados pelos cidadãos antes das eleições. Pois a nação dá sinais de que está se desfazendo rapidamente das ilusões com que se elegeram esses representantes incapazes de pensar objetivamente e falar com clareza, mesmo diante de uma crise com as proporções dessa que paira sobre as instituições.

Com presidencialismo ou com parlamentarismo, a responsabilidade do Congresso é a mesma. Não aumenta nem diminui com a omissão ou com a presunção intolerante.